

Judiciário nega disputa por orçamento

17 JUL 1991

JORNAL DA TARDE

O vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Odyr Porto, negou ontem qualquer disputa com o Executivo ou Legislativo para aprovar a proposta inicial de orçamento do Judiciário. "Temos autonomia para apresentar nosso orçamento, assim como os outros poderes podem mudá-lo. Podemos mostrar indepen-

dência, mas não força. Porque força política não temos", afirmou Porto. Em números atualizados, o Judiciário propôs um orçamento de Cr\$ 979,8 bilhões para 1992, mas o governo enviou para a Assembléia uma previsão de Cr\$ 839,9 bilhões. As duas propostas se encontram na comissão de Orçamento e Finanças, que só está

disposta a analisar o orçamento do governo.

Na previsão do Judiciário, em valores de julho, havia Cr\$ 20 bilhões para vale-refeição e Cr\$ 4 bilhões a título de vale-transporte, o que foi considerado "absurdo" pela comissão, por já existirem dois projetos na Casa tratando do assunto. "Temos que cuidar de 40

mil funcionários, mas na época não sabíamos dos projetos", explicou Porto. Ele admite que o aumento de 7% para 7,53% concedido pelo governo — ao invés dos 8,78% pretendidos — satisfaz as necessidades básicas do Judiciário. "Só não vamos poder modernizar e informatizar a Justiça", observa o magistrado.